



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13127.000078/93-77  
Sessão de : 18 de março de 1997  
Recurso : 98.871  
Recorrente : ALDERICO PALOSCHI  
Recorrida : DRJ em Brasília - DF

**DILIGÊNCIA N° 203-00.579**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**ALDERICO PALOSCHI.**

**RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de  
Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em  
diligência, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 18 de março de 1997

  
**Otacílio Dantas Cartaxo**  
**Presidente**

  
**Mauro Wasilewski**  
**Relator**

jm/mas-rs



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13127.000078/93-77  
Diligência : 203-00.579  
Recurso : 98.871  
Recorrente : ALDERICO PALOSCHI

269

## RELATÓRIO

Trata-se de decisão singular ementada da seguinte forma:

### **“IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL. EXERCÍCIO FINANCEIRO 1992”**

- Redução do Imposto. Esta não se aplica para o imóvel que, na data do lançamento, não esteja com o imposto de exercícios anteriores devidamente quitado. Inteligência do § 6º do artigo 50 da Lei nº 4.504/64 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 6.746/79, corroborado pelo art. 11 do Decreto nº 84.685/80.

### **IMPUGNAÇÃO INDEFERIDA.”**

Em sua peça recursal, o Contribuinte diz que não infringiu o direito de redução do imposto, vez que se trata de imóvel produtivo, conforme os documentos constantes deste processo, e que esteve rigorosamente quite com o ITR/92. Requer a redução do ITR em 90% (noventa por cento), relativamente ao FRU e ao FRE a revisão da alíquota.

Em suas contra-razões, o Procurador, representante da PGFN, mantendo as fundamentações, da decisão recorrida, posiciona-se contra o acolhimento do recurso.

É o relatório.

A signature in black ink, appearing to be a stylized 'J' or 'Z' shape, representing the signature of a procurador da PGFN.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13127.000078/93-77  
Diligência : 203-00.579

270

**VOTO DO CONSELHEIRO - RELATOR MAURO WASILEWSKI**

Converto o processo em diligência com vistas às seguintes providências:

a) pelo Órgão Preparador:

- apurar, através do processamento de dados, se o Recorrente possui débitos de exercícios anteriores;
- em não sendo possível o atendimento ao item anterior, informar se o documento de fls. 10/11 foi emitido no âmbito das unidades da SRF.

Em sendo constatados débitos, abre-se vistas do processo ao Recorrente, concedendo-lhe prazo para manifestação.

b) pelo Recorrente:

- comprovar a utilização do imóvel através de documentos fiscais que comprovem as vendas de produtos nos exercícios questionados ou declarações apresentadas ao Fisco Estadual ou, ainda, outros documentos oficiais que comprovem a efetiva utilização do imóvel (documentos de cooperativas, empresas estatais ligadas a área agrícola, etc.).

Sala das Sessões, em 18 de março de 1997

MAURO WASILEWSKI